

## **INTERVENÇÃO DO DEPUTADO ANÍBAL PIRES SOBRE A ABSTENÇÃO, PROFERIDA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL A 18 DE JUNHO DE 2009**

Exmo. Senhor Presidente,  
Exmos. Senhores Deputados,  
Exmos. Senhores Membros do Governo,

Sobre os resultados eleitorais do passado dia 7 de Junho, já se disse muita coisa. Desde inusitadas declarações de vitória, acompanhadas de insensato foguetório de uns, a manobras de diversão e declarações enevoadas para ocultar a realidade das derrotas de outros. Em qualquer dos casos, a grande falta de humildade de muitos.

Porque, na nossa opinião, o facto mais saliente e que importa discutir – mais do que a dança das décimas para cá e para lá – é o profundo, veemente e esmagador protesto que os eleitores expressaram. Um protesto que é dirigido a todos nós e que não nos podemos dar ao luxo de ignorar. A defesa da própria democracia o exige!

A abstenção é um problema complexo e multifacetado que não está ao alcance de ninguém resolver num passe de magia. Nem obteremos qualquer resultado se nos limitarmos a jogar o jogo do empurra, acusando culpas alheias e esquecendo responsabilidades próprias. Prestaremos assim um mau serviço à democracia.

O combate à abstenção só poderá ser feito através de um debate profundo, transversal e prolongado, que consiga envolver toda a sociedade portuguesa, reencontrando as raízes históricas do nosso sistema democrático as mudanças necessárias para o revitalizar. Não entraremos, neste momento, nesse debate.

Mas pensamos que há medidas imediatas que, sem pôr em causa a ordem jurídica existente, podem ser um contributo, um sinal positivo de um esforço dos poderes públicos para recuperar os cidadãos para a participação política.

Por isso, apresentámos uma proposta para que todos os cidadãos recebam, na ocasião do seu décimo oitavo aniversário, três dos diplomas mais importantes para a compreensão do



sentido, objectivo e fundamentos do nosso sistema democrático. A saber: um exemplar da Declaração Universal dos Direitos do Homem, um exemplar da Constituição da República Portuguesa e um exemplar do estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Cremos que o momento em que um jovem assume a sua cidadania plena é um momento importante, solene e pleno de significado. E cremos também que é o momento oportuno para sensibilizar o cidadão sobre as suas novas responsabilidades, deveres e direitos. A difusão destes diplomas fundamentais certamente irão contribuir para o aprofundamento da sua consciência cívica e despertá-los para a importância fulcral da participação política e eleitoral.

Exmo. Senhor Presidente,  
Exmos. Senhores Deputados,  
Exmos. Senhores Membros do Governo,

Não temos ilusões sobre os efeitos da nossa proposta. Não. Não fará, com certeza milagres, nem irá resolver, subitamente e como por magia, o problema da abstenção.

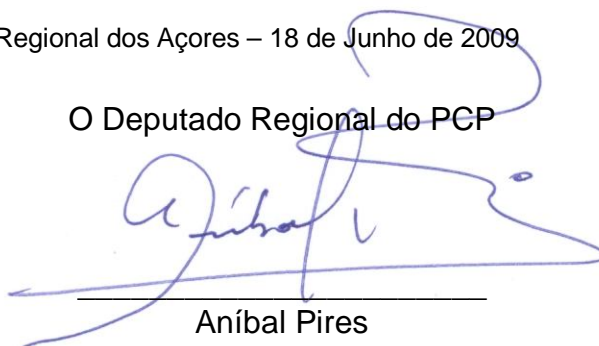
Reconhecemos com humildade que se trata apenas de uma medida simples. Uma medida, aliás, de que não reclamamos direitos de autor, pois já existe e está em vigor actualmente na Andaluzia, em Espanha.

Não sendo um remédio milagroso, pensamos que é uma boa ideia. Será talvez apenas um passo numa longa caminhada que o nosso sistema democrático terá de saber dar. Mas estamos firmemente convictos de que é um passo na direcção certa.

Disse.

Assembleia Legislativa Regional dos Açores – 18 de Junho de 2009

O Deputado Regional do PCP



Aníbal Pires